

810



# Poder Popular



ministro operacional?

**II CONFERÊNCIA  
NACIONAL  
DE QUADROS:**

**CINCO LIÇÕES  
E UM  
OBJECTIVO  
CENTRAL**

**III CONGRESSO  
EM MARCHA!**

## PROJECTO BARRETO : DESTRUIR A REFORMA AGRÁRIA



A Reforma Agrária foi obra dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores organizados nas cooperativas e unidades colectivas.

Os ataques à Reforma Agrária são expressão do projecto da burguesia para esmagar os trabalhadores.

nas centrais

**LIXO...**  
na Câmara

p. 2

**INTERVENCIONADAS**

p. 6

**METALURGICOS**  
a quem serve a portaria?

p. 8

**A QUESTÃO  
DA MULHER**

p. 3

**TÊXTEIS**  
contrato boicotado

p. 7

**MES-MPLA**  
solidariedade militante

p. 8

# RUAS DA CIDADE SEM LIXO LIXO POR DENTRO DA CÂMARA...

Por um trabalho duro e porco como é o dos «homens do lixo» ou «almeidas» a Câmara paga a miséria de 6400\$00, apesar de já em 1975 ter concordado com a subida destes trabalhadores para a letra O (7800\$00).

Fartos de promessas que nunca mais se concretizavam e apercebendo-se das intenções do Governo através da publicação do Decreto-Lei 76/77, que embora não se aplique directamente à Câmara, permitia concluir que a sua situação não seria alterada, os cantoneiros de limpeza decidem entrar em luta, e em plenárias largamente concorridas, de longe os maiores de sempre.

E o que fazia, entretanto, a Direcção da Organização Pró-Sindical (DOPS), eleita para representar e defender os trabalhadores? A DOPS, segundo disse um dos seus mais destacados elementos, andava empenhada numa «luta difícil, que à fazia queimar as pestanas» nas secretárias, participando num grupo de trabalho juntamente com elementos nomeados pela Câmara. E nessa «luta» acasou ou propôs (vem tudo a dar na mesma) a subida dos cantoneiros para a letra Q (7100\$00), sem ter dado cavaco a ninguém. Contradições dos «democratas pluralistas», que já não surpreendem quem quer que seja...

Devido à sua prática, muita gente já não sabe ao certo se determinados elementos da DOPS são dirigentes sindicais ou vereadores da Câmara!

Por tudo isto, os trabalhadores da limpeza, fartos de negociações de gabinete, compreenderam que só lhes restava o caminho da luta, decidindo fazer uma paralisação-aviso que teve uma adesão de 100 por cento. No próprio dia da paralisação, em novo plenário, os cantoneiros resolvem manter-se em greve até satisfação total das suas reivindicações.

Mas a luta prosseguiu com a adesão total do sector e a solidariedade de outros trabalhadores (motoristas, trabalhadores de coletores, etc.), apesar da repressão desde logo iniciada. Assim, são presos e por vezes espancados alguns membros da Comissão de Luta e outros cantoneiros, quando tentavam explicar a sua luta a trabalhadores contratados pelas juntas de freguesia para a recolha de lixo.

Como a greve se mantivesse, o Governo «socialista» decretou a requisição civil, que vem a permitir rápidas medidas repressivas, dando ocasião à PSP de mostrar que está a colher frutos dos estágios que alguns dos seus elementos têm feito no Brasil fascista. Com efeito, a PSP actuou em força, quer obrigando os trabalhadores a regressar ao serviço, sob vigilância e por vezes sob ameaça de armas apontadas, quer interferindo nos circuitos telefónicos entre postos de limpeza, por forma a descoordenar ou impedir a difusão da luta. Assim, por informações erradas ou atemorizadas, os cantoneiros foram levados a pensar estar envolvidos em greve em cada posto, na ilusão de que os restantes trabalhadores já haviam regressado ao serviço, o que efectivamente veio a suceder mais tarde, no próprio dia do começo da requisição.

Enquanto isto, o PCP, propositadamente alheio desde o início de todo este processo de luta, distribui nos postos de limpeza, um comunicado partidário em que denuncia as «aventuras» e tenta desmobilizar os trabalhadores, sendo clara a intenção de tirar lucros da derrota sofrida. Assim, para o PC, trata-se de aproveitar o malogro da luta (que sempre «profetizou», qual velho dos Restelo da esquerda camarária), para surgir como partido «responsável», cuja alternativa é a única que «serve» os

trabalhadores, não os arrastando para «becos sem saída», mas no fundo se fazer da luta a arma principal, para não assustar sectores políticos com os quais procura aliarse, para fazer a sua «maioria de esquerda» (dentro ou fora da Câmara o violino é o mesmo).

Mas a «solidariedade» tardia do PC para com os trabalhadores alvo da repressão não faz esquecer as suas responsabilidades na derrota desta luta («O Diário», em tom aliviado, noticiava simplesmente, não

denunciando, a requisição civil e a consequente repressão arbitrária sofrida pelos trabalhadores) com as consequências que daí advieram, como seja, o despedimento de 33 trabalhadores.

É um facto que as formas de luta adoptadas nem sempre terão sido as mais correctas, como sucedeu com a substituição da paralisação-aviso por uma greve ilimitada. É um facto ainda que foi um erro não se ter sabido recuar perante a requisição civil. Mas, entre

a crítica a formas de luta não realistas e a política que privilegia as negociações, há um abismo que só o reformismo consegue transpor.

Aos erros cometidos não é contudo estranha a influência da UDP, cuja prática triunfalista mais uma vez demonstrou que o radicalismo deixa o campo aberto às manobras do PC.

Extraídas as lições desta derrota, importa desde já lutar contra a desmobilização e paralisação da vida sindical, exigindo a reintegração dos trabalhadores despedidos. Nesta luta estão objectivamente interessados todos os trabalhadores da Câmara ameaçados pelas medidas que o Governo já tonou ou se prepara para to-

mar e contra as quais se devem unir e organizar.

Recorde-se, por exemplo, a questão do horário de trabalho (passagem de 35 para 40 horas sem correspondente aumento de vencimentos, o que faz descer consideravelmente os ridículos 15 por cento) e a projectada Lei de Bases (verdadeiramente atentada contra a segurança de emprego, com consequências na vida sindical), tudo isto ao mesmo tempo que o custo de vida aumenta vertiginosamente.

Contra o lixo dos despedimentos e inquéritos

Contra o lixo de um ordenado de miséria

Fim à requisição civil

Fim à repressão disciplinar

Pela reintegração dos trabalhadores despedidos!

# CCT do material eléctrico: capitular perante o Imperialismo...

O CCT do Material Eléctrico e Electrónico está a ser negociado há cerca de um ano. É este sector da indústria dominado pelas multinacionais, nomeadamente: ITT, Plessey, Texas, Grundig, Siemens, Control Data, Westinghouse, etc. É, portanto, um sector onde a pressão dos imperialistas mais se faz sentir. A sua vinda para Portugal deveu-se ao baixo preço da mão-de-obra existente antes do 25 de Abril. As mulheres das linhas de montagem ganhavam então 1200\$00 mensais, prémio de produção incluído.

Em princípios de 1972 começou a ser negociado o primeiro CCT para o sector, que só viria a ser assinado pelo Ministro fascista Silva Pinto em Fevereiro de 74. Devido a fortes pressões o contrato não foi então publicado. A sua publicação só se deu já depois do 25 de Abril devido à luta levada por diante pelos trabalhadores do sector que culminou com uma grandiosa manifestação junto ao Palácio de Belém. Mesmo antes do 25 de

Abril foram muitas as fábricas do sector que fizeram paralisações pela saída do seu CCT, como por exemplo, a Standard Eléctrica que paralisou três dias em Outubro de 73.

A revisão dos salários feita em 1975 permitiu a inclusão de uma adenda muito importante, referente aos despedimentos, que previa pesadas indemnizações para o caso de despedimentos colectivos. A Comissão Negociadora Sindical de então soube mobilizar para isso os trabalhadores.

A actual revisão do CCT foi caracterizada pelo espírito de cederência e de compromisso por parte da CNS. Além de um mês de férias, em vez dos 18 dias para os que têm menos de 6 anos de casa, pouco mais conseguiu, permitindo que as negociações se prolongassem por muito tempo, empurrando no final o CCT para a portaria. Os trabalhadores foram sempre desmobilizados fazendo-se-lhes acreditar que tinham alcançado grandes vitórias. A CNS abdicou da luta

pela anterior cláusula sobre os despedimentos, aceitando a lei geral do trabalho. Nas poucas paralisações que se fizeram foram realizados plenários, pagos ao abrigo da Lei Sindical.

Mas os trabalhadores do sector não estão desmobilizados, como faz crer a CNS. Ainda no passado dia 1 de Julho paralisaram durante todo o dia a mais de 90 por cento.

O Ministério do Trabalho tem dado mostras evidentes da sua dependência face ao patronato e ao imperialismo. Nas questões essenciais tem tomado sempre posições favoráveis aos patrões. Nas tabelas salariais apresentadas os quadros superiores são favorecidos em detrimento dos operários: enquanto que para os primeiros os aumentos previstos são da ordem dos 15 por cento, os segundos em muitos casos não atingem os 10 por cento. Para uns, aumentos de alguns milhares de escudos, para outros, umas poucas centenas que em muitos casos não ultrapassam os 500\$00.

O Ministério da Indústria,

que se recusara a apresentar um estudo do sector durante os meses de negociação, apresenta um dia determinada quantia para encargos globais reificando no dia seguinte com uma diminuição de 100.000 contos. Não é difícil concluir daqui a seriedade dos números apresentados.

Mas várias coisas aprenderam os trabalhadores do Material Eléctrico: Que a luta pelo CCT é para eles da maior importância. Que o sector não pode transformar-se no sector de salários de miséria e de condições e cadências de trabalho infernais como existiam antes do 25 de Abril. Que a CNS só conseguirá impor um CCT digno e justo se se apoiar na mobilização e luta dos trabalhadores. Sempre que ente em cederências e negociações está a traír.

Empurrar o CCT para a portaria é permitir a confusão: o inimigo principal dos trabalhadores, o patronato, fica assim escondido pelo Governo que apenas lhe faz o jogo.

# NÚCLEO DE ARROIOS REALIZA SESSÃO ANTI-IMPERIALISTA

Num momento em que as grandes decisões político-económicas sobre o nosso País são feitas nos EUA ou nalgumas capitais europeias, em que se pretende que o futuro do nosso povo esteja de acordo com a política do imperialismo...

Num momento também em que o imperialismo desencana uma poderosa ofensiva, embora com fachada democrática, na África Austral.

O MES, partido que antes e depois do 25 de Abril de 1974, sempre se caracterizou por posições anticolonialistas e anti-imperialistas bem claras;

O MES, que na actual fase de luta do nosso povo se esforça por contribuir para erguer a Resistência Popular Activa no longo e árduo caminho da luta por um Governo de Independência Nacional;

O MES entende por isso alertar todos os trabalhadores para a importância que tem na luta pela Independência Nacional, a solidariedade activa e militante com os países africa-

nos de língua portuguesa e com os povos que na África Austral lutam contra o inimigo comum — o imperialismo.

O MES vem por este meio apelar para a participação numa sessão anticolonial e anti-imperialista na qual estarão presentes o camarada Joaquim Banha, que chefiou uma delegação do MES a Angola depois dos acontecimentos de 27 de Maio, e Luís Moita do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral).

Esta sessão terá lugar na sede do MES de Arroios, na R. de Arroios 88-1.º, no dia 15 de Julho às 21.30. Haverá também uma projecção de «slides» e uma exposição.

Contra o fascismo e o imperialismo!

Pela Resistência Popular Activa no caminho dum Governo de Independência Nacional!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Secretariado do Núcleo de Arroios do MES

atravessa um importante momento; é o da luta contra todos os vícios que marcam a maioria dos camaradas e pela discussão ideológica.

Resulta daí, que no momento actual o núcleo se encontra numa fase de luta contra o tarefismo, o liberalismo e pela discussão ideológica, factor im-

portante para a vida do nosso núcleo e do Partido. Sabendo que só levando esta luta até às últimas consequências é que poderemos ter uma prática revolucionária correcta, incitamos todos os camaradas simpatizantes, aderentes e militantes, a participarem nela com toda a sua força e vontade.

# VIVA A REPÚBLICA DE CABO VERDE

Na passagem do segundo aniversário da proclamação da República de Cabo Verde, o Movimento de Esquerda Socialista saudá calorosamente o PAIGC, o Chefe de Estado e o Governo e todo o povo de Cabo Verde que, num imenso esforço colectivo, lutam pela construção de uma nova sociedade, após a gloriosa conquista da independência nacional.

A presente saudação não é, para os militantes do MES, um acto protocolar. Muitos de nós trabalham na clandestinidade para denunciarmos os crimes do colonialismo e das guerras coloniais, encontrando-se aí com militantes do PAIGC; muitos de nós, encontrando-se a servir no exército colonial, iniciaram contactos com os heróicos guerrilheiros dos movimentos de libertação, e ajudaram a impor o cessar-fogo imediato logo a seguir ao 25 de Abril; alguns de nós têm conhecido, no contacto directo com o povo de Cabo Verde, a herança de sujeição e de miséria deixada pelo colonialismo. E todos têm assumido, antes e depois do 25 de Abril, e mesmo após as independências das antigas colónias, a luta contra o colonialismo, contra o neocolonialismo e contra o imperialismo, como uma frente decisiva no combate à exploração e à opressão, mesmo no seu próprio país.

Na certeza de que o PAIGC continuará a levar os povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau de vitória em vitória, o Movimento de Esquerda Socialista faz votos pelo êxito do próximo III Congresso e pela unidade dos dois povos na construção de uma pátria comum.

Viva a República de Cabo Verde!  
Viva o povo trabalhador de Portugal!  
Viva o internacionalismo proletário!

Liisboa, 5 de Julho de 1977

O Secretariado do Comité Central do MES

# NÚCLEO DAS CALDAS LANÇA JORNAL

Sei o n.º 1 de «Unir» órgão do núcleo das Caldas da Rainha do MES.

Do Editorial respigamos:

Também o nosso núcleo

Sai na próxima semana o primeiro número do jornal «O 25 de Abril está Vivo», órgão de Direcção de Organização Regional de Setúbal do MES.

Desse primeiro número destacamos os artigos: — A Reforma Agrária em Perygo.

— Rui Gomes, Libertação

— O Jogo Perigoso de Soares (Passatempo)

— Entrevista com Hortência de Sousa, vereadora de CMAI-mada, que pertenceu aos ex-GDUPs.

— Alcaçor do Sal, Povo de Antifascistas.

# editorial

A realização da II Conferência Nacional de Quadros convocada em Maio pelo Comité Central, representa um contributo positivo para o avanço do processo de transformação do MES numa força dirigente de classe.

A I Conferência Nacional de Quadros do nosso partido, realizada em Dezembro de 1976, apontou os caminhos imediatos da construção partidária e permitiu ao Comité Central dar vida e conteúdo preciso aos grandes objectivos da aplicação do centralismo democrático da base ao topo, da proletarianização do partido e da sua estreita ligação às massas. A importância da I Conferência Nacional de Quadros do MES não reside, no entanto, apenas aqui. Ela permitiu, igualmente, ao Comité Central tomar plena consciência das insuficiências em matéria de definição de uma tática acertada para a actual fase da luta de classes do nosso País que o MES enfrentava, no quadro mais geral da crise e das insuficiências das forças antifascistas e revolucionárias.

A II Conferência Nacional de Quadros do nosso partido e o importante papel que representa na convocação do III Congresso do MES resultam, assim, da conjugação da aplicação, das orientações que o Comité Central soube traçar no seguimento da I Conferência Nacional de Quadros, com o desenvolvimento do esforço colectivo que atravessa todo o partido na definição de uma linha política de massas, no colmatar das insuficiências da nossa tática.

A estreita articulação entre a construção partidária e a definição tática, entre a transformação do MES numa força dirigente de classe e a conquista de um papel dirigente na luta política de massas, que a situação concreta do nosso partido impõe e que a II Conferência Nacional de Quadros revelou com toda a clareza é, também, um sinal de maturidade, uma indicação segura da capacidade do MES se transformar numa força revolucionária consequente dotada de princípios firmes e de uma organização sólida e disciplinada.

A II Conferência Nacional de Quadros representa, deste modo, um passo firme no combate ao espontaneísmo, vício político, ideológico e organizativo que sistematicamente atrasa a construção do Partido Revolucionário da Classe Operária e impede a permanência, eficácia e correção do combate revolucionário ao reformismo revisionista. A sobrevalorização das potencialidades políticas do movimento espontâneo das massas trabalhadoras, o desprezo pelo elemento consciente e organizado no movimento operário, o descuidar das tarefas comunistas de agitação, propagação e mobilização revolucionárias das massas exploradas e oprimidas, são efeitos práticos do espontaneísmo em matéria de linha política, organização e direcção, dos quais uma força revolucionária consequente tem de estar depurada.

O reforço dos nossos princípios e o aprofundamento do nosso programa revolucionário são o caminho seguro para completarmos essa depuração sem concessões ao vanguardismo sectário, ao projecto utópico e idealista de fazer passar a unidade ideológica interna de um punhado de militantes pela organização partidária de vanguarda de classe do movimento revolucionário das massas populares.

O MES, sendo uma força política ainda jovem, acumula já uma experiência política rica e uma tradição adquiridas nas batalhas políticas que possibilitaram a queda do regime colonial-fascista em 25 de Abril, que abriu as portas das conquistas populares, e o caminho da sua defesa, que fizeram avançar a unidade popular no desenvolvimento da campanha eleitoral de massas de Oteló, e que dão resposta quotidiana às necessidades de unidade, organização e luta da classe operária e das massas populares. Esta experiência e tradição que o MES sinteti-

za e representa tem uma expressão clara e precisa na resposta que forneceremos à grande questão que se coloca ao movimento operário português na sua luta pelo poder político: a questão da direcção política.

O MES coloca-se no terreno político da construção do Partido Revolucionário da Classe Operária.

Quer isto dizer que, reconhecendo a inexistência actual de uma vanguarda política capaz de conduzir revolucionariamente a luta do nosso povo na conquista de uma sociedade sem classes, sem exploração nem opressão, o MES fornece à esta situação concreta a única resposta que os ensinamentos da luta dos explorados e oprimidos contra a dominação burguesa e a teoria científica do proletariado revolucionário permitem e exigem.

Lutar pelo Partido Revolucionário da Classe Operária, pelo partido proletário de vanguarda sustentado pelos princípios do marxismo-leninismo, pelo Partido Comunista que é expressão de um movimento social revolucionário e forma superior e consciente de organização dos seus elementos de vanguarda, é a única posição consequente com a política de derrota e tração do reformismo social-democrata ou revisionista, é a única crítica eficaz aos seus efeitos no movimento operário, é o único caminho que pode levar os revolucionários em Portugal à conquista da direcção do movimento popular de massas, e os trabalhadores à tomada e exercício do poder político.

O MES desempenha, deste modo, um papel insubstituível na luta pela unidade dos revolucionários e pela unidade do povo explorado e oprimido. Tal como o processo de transformação do MES não pode ser percorrido com êxito fora de uma estreita ligação com os problemas, a vida e a luta das massas trabalhadoras, também as realizações internas do nosso partido, os problemas e debates, têm um alcance que ultrapassa o MES para interessar todo o campo revolucionário e popular.

A II Conferência Nacional de Quadros aponta-nos cinco lições que todo o partido deve agora aprofundar no processo que nos conduz ao III Congresso:

1. Só chamando os quadros à plena participação na elaboração e aprofundamento da linha política e na preparação e aplicação das decisões do Comité Central o MES poderá trilhar com firmeza o caminho da sua afirmação como força revolucionária.

A questão do centralismo e da democracia encontra hoje no MES uma resposta madura e firme na defesa intransigente do centralismo democrático e da sua aplicação a todos os níveis. Sem centralismo jamais haverá democracia numa organização revolucionária; sem chamada à plena participação em todos os aspectos da vida do partido dos quadros e militantes jamais haverá centralismo e democracia, firmeza ideológica e disciplina política na acção revolucionária no movimento de massas.

Os quadros dirigentes nacionais, regionais e locais e os quadros responsáveis pelas várias frentes de luta e trabalho do partido presentes na II Conferência Nacional de Quadros com a firme determinação de reforçar os princípios e o papel político do MES são o exemplo que todo o partido deve seguir.

2. A luta ideológica e política interna só pode fortalecer uma organização revolucionária.

A discussão aberta que atravessa todas as estruturas do partido, a luta ideológica e política interna que se desenvolve em torno das questões centrais que estão colocadas ao MES e a todas as forças revolucionárias é factor de avanço e coesão do partido e expressão da sua maturidade. Para os comunistas a luta de classes não pára à porta das organizações revolucionárias, atravessa-as tal como atravessa toda a sociedade. A II Conferência Nacional de Quadros é o exemplo vivo que o partido tem todo a ganhar com a luta ideológica e política interna, com o debate clarificador das opções a fazer e do caminho a escolher, e tudo a perder com o caminho inverso. O exemplo da II Conferência Nacional de Quadros deve agora ser aprofundado e aplicado a todas as estruturas do partido

como método a seguir na preparação do III Congresso.

3. O desenvolvimento do processo de crítica e auto-crítica é decisivo para o avanço da transformação do MES numa força dirigente de classe.

No seguimento da I Conferência Nacional de Quadros, o Comité Central decidiu desencadear um processo de crítica e auto-crítica entendido como avançada transformadora dos métodos de trabalho e direcção, como arma comunista ao serviço do reforço dos nossos princípios e da nossa linha política na base de uma utilização radical das derrotas e vitórias políticas, das decisões erradas e acertadas com fonte inesgotável de ensinamentos políticos. Só o desenvolvimento do processo de crítica e auto-crítica permitirá um balanço global da acção do partido e do seu Comité Central, dos militantes e dos quadros dirigentes, balanço que os objectivos já fixados para o III Congresso o exigem e impõem. Só o desenvolvimento orgânico do processo de crítica e auto-crítica permitirá uma sólida ligação às massas populares e às suas lutas de todas as células do partido e do partido como um todo.

4. O aprofundamento da Resolução Táctica da 8.ª Reunião Plenária do Comité Central é tarefa central do Congresso.

A tática e a política de alianças encontram-se no coração da discussão política que atravessa o partido e constitui uma parte substancial da ordem de trabalhos do III Congresso. Esse facto é simultaneamente reflexo das exigências da actual fase de luta e do avanço político do nosso partido: só uma força política que tem uma relação dirigente com o movimento de massas pode possuir uma tática, um caminho que guia a sua acção e a das massas populares com vista à tomada do poder político. Na situação política actual é a tática dos revolucionários que articula estreitamente a plataforma de luta da resistência popular activa, o intenso e paciente combate à recuperação capitalista, à ingerência imperialista e ao autoritarismo burguês, com a construção de uma alternativa de poder capaz de unir o campo popular e dividir e derrotar o campo burguês.

O caminho da Resolução da 8.ª Reunião Plenária do Comité Central, o caminho da resistência popular activa por um Governo de independência nacional é a base que permite aprofundar o nosso programa político no III Congresso, dotando o MES da força necessária para conduzir a uma firme política de alianças capaz de unir os revolucionários e o povo.

5. O III Congresso tem como tarefa central responder com clareza às exigências da luta pelo Partido Revolucionário da Classe Operária.

A II Conferência Nacional de Quadros abriu formalmente um período de intenso trabalho colectivo, dirigido pelo Comité Central, que constituirá o III Congresso, com as suas centenas de reuniões de discussão e trabalho em todos os escalões do partido, com a realização de várias conferências sectoriais e com as suas sessões finais no último mês do corrente ano.

A grande bandeira a erguer no III Congresso é sem dúvida a da construção partidária. Esta é uma preocupação e uma necessidade vital que une todo o partido. Levá-lo por diante do processo de transformação do MES forjando a organização política de vanguarda que os revolucionários necessitam na actual fase de luta é o caminho da construção partidária. Caminho que se liga estreitamente com a continuação da luta pela unidade popular, pela construção da frente política de massas capaz de unir os revolucionários e antifascistas, capaz de unir os combatentes do movimento popular na luta comum contra a avançada burguesa e a ingerência imperialista.

É na luta política de massas, encabeçando a formação e consolidação de uma corrente revolucionária em todos os terrenos de luta, do movimento sindical às autarquias locais, do movimento estudantil à frente cultural, que os objectivos fixados para o III Congresso poderão ser cumpridos.

São estas os caminhos que a II Conferência Nacional de Quadros aponta e que o partido tem de percorrer de forma criadora e activa.

## ENCONTRO DE FORMAÇÃO SOBRE A QUESTÃO DA MULHER

Decorreu em Lisboa nos dias 10 e 11 de Janeiro um curso alargado de formação de quadros, primeira fase dos trabalhos que a Comissão Nacional do MES para a Questão da Mulher se propôs levar a cabo até ao III Congresso.

Devido à presença e participação de muitas dezenas de camaradas de várias estruturas do nosso Partido, de todas as regiões do País, este curso de formação de quadros teve na realidade o âmbito de um Encontro Nacional, saldando-se numa vitória no plano da resposta colectiva que é necessário dar a esta questão nos planos da organização e da linha política.

Tendo como meta, nesta fase, a preparação do III Congresso, os trabalhos decorreram dentro desta perspectiva, tendo como principais objectivos a análise da situação da mulher na sociedade, lançamento de um trabalho dirigido especificamente às mulheres, sua necessidade e organização no plano partidário e frentista e, por último, como vai o MES desenvolver esse trabalho, sua demarcação nesta Frente de Luta, formas concretas e métodos de intervenção.

Após a abertura dos traba-

lhos pelo camarada responsável da Comissão Política do C. C., entrou-se em seguida na análise da situação da Mulher na Sociedade, dividida em três aspectos fundamentais: a Mulher na Produção, a Mulher na Família e a Mulher na Vida Política.

A discussão começou, pois, pela análise da Mulher nas relações de produção, as tarefas repetitivas e monótonas a que se encontra sujeita, as diferenças salariais, o desemprego que normalmente atinge sempre em primeiro lugar, as dificuldades de formação e igualdade de funções, a opressão a que está sujeita pela acumulação da dupla tarefa e, finalmente, as formas de luta que adopta e que nem sempre consegue levar até ao fim para enfrentar esta situação de opressão e exploração.

Seguiu-se a análise e discussão da Mulher na Família em que foram tratados os aspectos como o papel da Família, reprodutora das relações sociais de produção e da ideologia burguesa, e da necessidade evidente de um Partido Revolucionário discutir esta questão para que possa proceder à transformação das relações sociais. Neste ponto foi ainda abordada a questão da

Família como meio de extração de mais-valia, como reprodutora que é da força de trabalho, e o papel que desempenha como travão das lutas dos trabalhadores ao estabelecer a divisão entre o homem e a mulher, levando a que esta, muitas vezes, não só recuse lutar como ainda trave a luta do companheiro, do filho, do pai ou do irmão.

Por fim, a discussão da Mulher na Vida Política remeteu os camaradas e as camaradas presentes para a discussão da questão da Mulher, que era necessário travar no seio das estruturas do nosso Partido, ressaltando a necessidade de compreender a importância da mulher na fase actual da luta de classes no nosso País.

A discussão deste primeiro ponto decorreu viva e muito participada pelos camaradas presentes que no decorrer das suas intervenções ilustraram concretamente a questão através do relato da sua experiência de luta na fábrica, no bairro e no campo.

Como se pode concluir, após a discussão do primeiro objectivo, o movimento das mulheres exploradas terá de ser uma componente da Resistência Popular Activa.

Viram-se a seguir algumas dificuldades do trabalho neste terreno. Por ignorância, por falta de tempo, por toda uma educação que orienta a mulher para o papel fundamental de "boa esposa, boa dona de casa, boa mãe", deixando a política para os homens, muitas mulheres não participam, a par dos companheiros, na luta pela libertação de todos os trabalhadores e explorados.

O trabalho dirigido às mulheres deverá ser orientado em dois sentidos: dirigido às mulheres trabalhadoras, tendo em conta toda a sua situação de desigualdade a nível de salários, de possibilidades de emprego, das tarefas que desempenham, etc., e ainda as dificuldades em criar os filhos e executar também os trabalhos domésticos; por outro lado, um trabalho dirigido às mulheres enquanto mulheres, tomando em consideração problemas com o custo e condições de vida, saúde, contracção e aborto, alfabetização e educação, cultura.

Acerca destes aspectos daremos conta em próximo número do "Poder Popular".

ASSINATURA

# Poder Popular



Jornal Quinzenal  
... Sai às 5.ªs feiras

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa  
Telefone 66 26 29

Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista

Composição e impressão  
Renascença Gráfica SARL  
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00

12 meses 130\$00

apio 250\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

ENVIO CHEQUE N.º \_\_\_\_\_ BANCO \_\_\_\_\_

ENVIO VALE DE CORREIO N.º \_\_\_\_\_

# A TERRA A QUEM TRABALHA! NÃO AO PROJECTO BARRETO!

A Reforma Agrária ocupa, mais do que nunca, aspecto central na luta de classes. Em torno desta grande conquista popular vai-se jogar uma das mais importantes batalhas da resistência popular activa contra a ofensiva burguesa.

Desde o 25 de Novembro que a burguesia fez da Reforma Agrária um dos principais alvos da ofensiva que vem conduzindo com vista a reconstruir em novos moldes o seu abalado domínio sobre o povo trabalhador.

Desde o 25 de Novembro que a Reforma Agrária constitui um dos polos fundamentais da resistência popular.

Se a burguesia luta encarnadamente por destruir a Reforma Agrária dos trabalhadores não é porque neste terreno se jogue uma batalha decisiva

para a reconstrução dos seus instrumentos de domínio. Num País como o nosso, essa batalha trava-se, como é evidente, no terreno das fábricas e do capital financeiro e no do aparelho de Estado em geral. A burguesia ataca a Reforma Agrária porque compreende que esta representa, politicamente, a mais profunda conquista popular e que, portanto, é impossível levar a termo a reconstrução do seu domínio de classe sem integrar plenamente a Reforma Agrária na lógica do sistema capitalista.

Trata-se de destruir, e sem mais perdas de tempo, as formas de poder dos trabalhadores nas terras do sul, porque tal representa um perigoso exemplo (na perspectiva da burguesia, claro está) para todos os trabalhadores.

A intensificação da ofensiva

burguesa contra a Reforma Agrária, respondem os trabalhadores com combatividade crescente. Aumenta a determinação dos trabalhadores rurais em defender custe o que custar as terras que conquistaram e as Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção que ergueram com o seu esforço.

Acelera-se a compreensão em cada vez mais largos sectores populares, de que a luta pela defesa da Reforma Agrária diz respeito a todos os explorados e oprimidos, pois que a derrota neste terreno, além de gravíssima em si mesma, abre as portas a novas avançadas da burguesia. Nas grandes movimentações populares dos últimos tempos, a Reforma Agrária surgiu claramente como um dos pontos fundamentais de combate contra a recuperação capitalista e a ameaça fascista.

O proletariado rural nunca vergou face a este sistema de opressão e miséria e escreveu páginas gloriosas na dura resistência contra o fascismo. Desencadeando greves que foram ferocemente reprimidas, at- culminar na década de 60, na luta pela jornada das 8 horas, que após grandes movimentações de massas impôs aos agrários e fascistas o trabalho diário de 8 horas, acabando com a jornada de sol a sol.

Também, os pequenos e médios agricultores do Sul sofreram duramente as consequências desta política. Após terem sido utilizados no desbravamento de terras dos agrários (como aconteceu nas

campanhas de trigo) aumentando consideravelmente as áreas cultivadas, viram os

agrários embolsar todo o fruto do seu esforço. A ausência de qualquer protecção legal aos agricultores pobres permitia aos agrários expulsar facilmente os rendeiros e seareiros das terras por estes postas a cultivo ou melhoradas. Quanto muito, viam-se relegados para as terras mais pobres, em troca do pagamento de rendas exorbitantes.

Com o desenvolvimento industrial dos anos 50 e 60, o esgotamento progressivo dos terrenos destinados à cultura dos cereais, a emigração e fuga de grandes massas de população para as zonas industriais, o aumento de salários provocado pela falta de mão-de-obra, todos estes factos, contribuíram para que a agricultura baseada na grande propriedade começasse a entrar em grave crise. O sistema de exploração baseado na exploração de mão-de-obra barata, na ausência de investimentos, na cultura e pecuária extensivas e no aproveitamento da riqueza florestal e seus produtos (cortiça e bolota), era, já então, um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo nos campos. Mas, o Estado fascista foi incapaz de tocar nos privilégios dos latifundiários que, conjuntamente

com a grande burguesia industrial, constituíam um dos estímulos do regime.

Os lucros dos agrários, quando não arrendavam as terras, assentavam predominantemente na pecuária, cortiça e madeiras. A grande extensão de terra e a ausência de investimentos continuavam a permitir cho- rudos lucros.

A situação era, pois, de desolação nos campos do Sul, com excepção das zonas irrigadas em que o arrendamento a preços elevadíssimos das terras para arroz, tomate e outras culturas de regadio, permitia aos agrários e às empresas de concentrado lucros elevadíssimos. Deste modo, a grande burguesia agrária recolhia em seu único e exclusivo proveito os resultados das grandes baragens feitas pelo Estado.

defesa dos rendeiros face aos senhores) de todos os contratos de área igual ou inferior a 2 hectares, ou seja, cerca de metade dos arrendamentos e a esmagadora maioria dos arrendamentos dos camponeses mais pobres. A segunda é a que suprime a proibição da parceria, que a Lei do Arrendamento Rural tinha decretado, e admite que o pagamento se traduza numa quota parte da produção ou na prestação ao senhorio de trabalho gratuito por parte do camponês.

Com estas disposições, a Proposta de Lei transforma a Lei do Arrendamento Rural num instrumento de defesa dos rendeiros capitalistas e abandona a maioria dos pequenos agricultores nas garras dos senhores.

Com a proposta de Lei em discussão, a burguesia agrária quer assegurar a continuidade da sua política de exploração dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores, apontando a todos os explorados e oprimidos o caminho da unidade e da luta em defesa da Reforma Agrária, a mais profunda conquista do povo trabalhador obtida após o 25 de Abril.

Só a resistência popular activa debaixo da bandeira de luta por um Governo de Independência Nacional poderá opôr uma barreira firme e intransponível ao ataque que a burguesia conduz para destruir a Reforma Agrária dos trabalhadores. Para impedir que a burguesia leve avante os seus objectivos, para conduzir vitoriosamente a luta pela Reforma Agrária, o MES aponta como tarefas centrais a todos os revolucionários e a todos os trabalhadores:

— Não permitir que as Cooperativas e UCP's sejam destruídas ou submetidas ao capitalismo

— Impedir a entrega de reservas nas terras ocupadas no arrendamento nos casos em que prejudiquem a viabilidade económica das Cooperativas e UCP's

Lutar pelo avanço das expropriações dos 700 000 ha de terra ainda nas mãos dos agrários

Lutar pelo funcionamento democrático das Cooperativas e UCP's, como única forma de unir os trabalhadores na defesa da terra conquistada.

Lutar pelo isolamento do MUC (Movimento Unitário Cooperativo), a arma de que se servem os sociais demócratas para dividirem os trabalhadores e submetem as Cooperativas ao capitalismo.

Lutar pelo funcionamento democrático e de classe dos sindicatos dos trabalhadores rurais, único caminho para os transformar em verdadeiro instrumento de luta dos trabalhadores na Resistência Popular Activa e de impedir que eles sejam a arma dos revisionistas para o controlo burocrático das Cooperativas e UCP's.

Lutar por unir os pequenos agricultores aos trabalhadores rurais, não os forçando a entrar para as Cooperativas e UCP's, antes lhes dando terra para cultivar e chamando-os às Uniões Cooperativas.

## NOS CAMPOS, O FASCISMO ASSENTAVA NA MISÉRIA DOS ASSALARIADOS E DOS AGRICULTORES POBRES

A política agrícola dos governos fascistas baseava-se, de um lado, num sistema com-

plorado de protecção aos latifundiários, através de prémios, subsídios e facilidades fiscais,

conjugado com a construção de infraestruturas e grandes obras de regadio, numa utili-

# O PROJECTO DO BARRETO VISA DESTRUIR A REFORMA AGRÁRIA!

Ao preparar-se para fazer aprovar na Assembleia da República a proposta de Lei sobre as Bases Gerais da Reforma Agrária, que representam um tremendo ataque a esta grande conquista popular, o Governo do dr. Soares revela mais uma vez e por forma cada vez mais clara a sua natureza de dócil agente dos interesses do Imperialismo e da burguesia.

Vem esta proposta de Lei na sequência de toda a política praticada pelo Governo e visa dar-lhe maior coerência e consistência. O seu eixo central consiste em fornecer as condições que permitam levar por diante o ataque à Reforma Agrária dos trabalhadores e a sua substituição por uma Reforma Agrária que sirva os interesses de um capitalismo que se procura reconstruir na íntima subordinação ao imperialismo. O dr. Barreto é sincero e lúcido quando diz que o objectivo do Governo não é destruir a Reforma Agrária, mas sim fazer uma segunda Reforma Agrária, uma outra «Reforma Agrária». Ele compreende que os interesses que serve só podem ser defendidos com eficácia se conseguir esvaziar a Reforma Agrária de sentido popular através do incremento e reforço de empresas capitalistas nos campos do Sul e da completa submissão das cooperativas e das Unidades Colectivas de Produção à lógica do sistema capitalista.

## CRIAÇÃO E REFORÇO DE EMPRESAS CAPITALISTAS NO ALENTEJO E RIBATEJO

A primeira preocupação da Lei Barreto é alargar substancialmente as áreas que devem ficar nas mãos dos agrários e proporcionar condições para que nessas terras se constituam empresas capitalistas dinâmicas, dispor de manifesta vantagem em relação às Cooperativas e UCP's.

Dentro desta preocupação se insere essencialmente as seguintes medidas:

a) aumento das áreas das reservas de 50 000 para 70 000 pontos;

b) concessão generalizada de áreas de reserva suplementares, que podem atingir outros 70 000 pontos;

c) cálculo da pontuação sem levar em consideração as plantações de curta ou média duração (vinhas, pomares, pinhais, eucaliptos) e as benfeitorias feitas pelo proprietário (obras de regadio, construções, etc), o que equivale a aumentar a área de reserva muito para além do simples alargamento dos 50 000 para os 70 000 pontos e isto precisamente nas explorações agrícolas de maior rendimento.

A área correspondente à pontuação pode vir a ser limitada já que a proposta de Lei determina que a área da reserva não poderá ser superior a 350 ha, para as melhores terras. e a 500 ha ou, em casos especiais, 700 ha, para as piores terras. Ora, o que significa e o que visa a introdução deste limite em área? Muito simplesmente canaliza as melhores terras para as mãos dos agrários e conservar as piores nas mãos

dos trabalhadores. Na verdade, tratando-se de solos de pior qualidade, os 70 000 pontos equivalem a uma área superior a 500 ha e, portanto, as reservas a conceder aos agrários nestas terras não podem atingir os 70 000 pontos, nem sequer os 50 000, pois estão limitadas à área de 500 ha. Inversamente, nos solos de melhor qualidade, 350 ha equivalem facilmente a 140 000 pontos ou mais e, portanto, o limite em área não funciona para limitar as reservas a conceder nestas terras.

Se estas disposições legais forem aprovadas e levadas à prática, a burguesia dará um colossal passo em frente na sua política de limitar a Reforma Agrária às zonas pobres do Alentejo. As terras férteis do Ribatejo e as melhores terras do Alentejo passarão, na sua esmagadora maioria, para as mãos dos agrários, que ficarão em condições de constituir empresas de viabilidade económica claramente superior às dos trabalhadores.

Para tanto, disporão não só das melhores terras, como ainda de:

a) Possibilidades técnicas e de gestão, em sistema de exploração capitalista, superiores às dos trabalhadores;

b) Apoio do Estado, que a Proposta de Lei lhes garante «esquecendo-se» de concretizar o preito da Constituição que determina que o crédito e o auxílio técnico devam ser prestados às Cooperativas e às UCP's em condições mais favoráveis;

c) Possibilidade de utilizar apenas o número de trabalhadores ajustado à rentabilização capitalista, o que provocará o desemprego, ao contrário do que sucede com as Cooperativas e UCP's, que se organizam de acordo com a necessidade de combater o desemprego.

A agravar tudo isto, determina ainda a Proposta de Lei que as reservas devem ser dadas aos agrários nas terras que lhes tenham sido expropriadas, ou seja, nas terras que os trabalhadores ocuparam e onde ergueram as Cooperativas e UCP's, independentemente destas concessões virem a causar a inviabilidade económica das empresas dos trabalhadores. O objectivo é claro: destruir, por um lado, empresas criadas pelos trabalhadores; por outro lado, empresas criadas pelos capitalistas e cooperativas e UP's.

## O QUE ELAS QUEREM É SUBMETTER AS UCP'S AO SISTEMA CAPITALISTA

A existência de empresas geridas pelos trabalhadores não é incompatível, em si, com o sistema capitalista e a recuperação capitalista. Pelo contrário, até pode representar um meio de racionalizar o capitalismo e de reforçar a submissão ao capitalismo da agricultura. Tudo depende do modo de funcionamento das Cooperativas e UCP's, do seu peso e viabilidade económica, e da forma como se relacionam com outros sectores, isto é, da forma como se enquadram na sociedade.

Assim, se as Cooperativas e UCP's forem capazes de:

— Assegurar o funcionamento das empresas de acordo com os princípios da democracia dos trabalhadores;

— Funcionar segundo o princípio de garantir o emprego

## O AVANÇO DOS TRABALHADORES A SEGUIR AO 25 DE ABRIL

Se o fascismo foi a miséria nos campos, o 25 de Abril, restituindo ao Povo as liberdades fundamentais, abriu perspectivas de pôr termo à grande propriedade fundiária e ao seu sistema de exploração baseado na fome dos assalariados rurais e na ruína dos agricultores pobres.

As grandes movimentações de massa que começaram a ter lugar no Sul do País, contestando a situação de desemprego permanente de muitos milhares de trabalhadores, exigindo que se puzesse termo ao abandono das terras e avisando claramente os agrários que os trabalhadores estavam em disposição de pôr termo a este estado de coisas e a avançar com a Reforma Agrária.

A Constituição dos Sindicatos de trabalhadores agrícolas, primeiro passo na organização dos trabalhadores.

Logo, após o 25 de Abril de 1974, os trabalhadores agrícolas do Sul deram passos decisivos na sua organização constituindo os seus organismos de trabalhadores agrícolas.

Na arancada para a formação dos seus Sindicatos, em defesa dos seus interesses de classe, com objectivos centrados na luta contra o desemprego e por fixação de melhores salários, na exigência de colocação de mão-de-obra nas propriedades incultas e subaproveitadas, defendendo, simultaneamente, a necessidade de aumento de produção nas zonas dos latifúndios, os traba-

hadores agrícolas deram passos importantes que abriram condições para o início da Reforma Agrária, através das primeiras ocupações.

A imposição aos agrários das primeiras regulamentações colectivas, foi seguida de forte reacção da parte destes. A recusa em aumentar os postos de trabalho nas herdades deficientemente exploradas, a fuga ao pagamento dos novos salários, o definhamento e diminuição dos efectivos pecuários, a venda de maquinaria, em suma a descapitalização das herdades, tudo isso foi feito ou entanto pelos agrários.

A resposta firme dos assalariados agrícolas, foi no sentido de estabelecer comissões de trabalhadores nas herdades, começando a controlar todo o movimento de saídas e entradas de bens e dinheiro e neutralizando a sabotagem praticada pelos latifundiários. Do controlo operário das herdades em breve se passou à ocupação daquelas em que os agrários persistiam na recusa e boicote.

As ocupações foram um passo decisivo no início da Reforma Agrária.

Se os governos hesitaram na fixação de medidas energias que pusessem termo à sabotagem económica dos agrários e que teriam de começar pela expropriação dos latifúndios, os trabalhadores não recuaram, começando a ocupar progressivamente as herdades abandonadas ou incultas, bem como aquelas em que os pa-

trões se recusavam a cumprir as convenções colectivas não pagando os novos salários ou não aumentando os postos de trabalho exigidos por um melhor aproveitamento das herdades.

Em muitos locais, também, os pequenos agricultores tomaram a iniciativa de ocupar os latifúndios, formando cooperativas com os trabalhadores.

A seguir ao golpe reaccionário de 11 de Março, não havia dúvidas no espírito de ninguém que as primeiras ocupações e a força de mostrada pelo proletariado rural nesses avanços, não podiam ser detidos ainda que o Governo não publicasse as leis de expropriação dos latifúndios.

E assim aconteceu. A revolta dos assalariados agrícolas contra a exploração e miséria a que os agrários os tinham forçado não pôde ser detida. As ocupações já abrangiam muitos milhares de hectares quando foram publicadas em Julho de 1975 as leis da Reforma Agrária.

Em Novembro de 1975 mais de um milhão de hectares estava nas mãos dos trabalhadores.

Nas terras ocupadas os trabalhadores formaram cerca de 5500 cooperativas e Unidades Colectivas de Produção.

Apesar de serem explorados agrícolas por eles geridas, os trabalhadores agrícolas tiveram como objectivo principal pôr fim à exploração dos parasitas aumentando os postos de trabalho e a produção de alimentos.

O seu esforço permitiu logo no primeiro ano agrícola a seguir à ocupação o aumento da

área cultivada em mais de 100.000 hectares, a criação de muitos milhares de postos de trabalho, o aumento das áreas regadas e dos efectivos pecuários.

Relações com espírito novo se estabeleceram entre os que trabalham no campo, consti-

## AS MEDIDAS CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Após o 25 de Novembro o uma série de medidas começaram a ser tomadas em consonância com a Reforma Agrária.

É de destacar o Pacto sobre a Reforma Agrária celebrado entre os partidos do VI Governo (PS, PCP e PPD) pelo qual grandes concessões são feitas às exigências da burguesia e da CAP. Por este Pacto foram alargadas escandalosamente as reservas a favor dos agrários, mesmo absentistas, e garantidas as indemnizações aos latifundiários. A fim disso, dividiu-se o País em dois, subtraindo à Reforma Agrária a maior parte da zona a Norte do Tejo e o Sul do Algarve.

Perante o espanto e a revolta dos trabalhadores, nos últimos 18 meses, têm vindo a ser tomadas uma série de medidas que através da intimidação e da demagogia representam um plano de recuperação capitalista destinado a roubar aos trabalhadores a sua Reforma Agrária, entregando-a aos capitalistas. Desde a concessão aos agrários de pensões de 8.500\$00 mensais, à definição como crime de desobediência qualificada qualquer oposição dos trabalhadores à restituição de terras aos agrários, ao célebre «plano das desocupações» que foi decidido pelas autoridades sem qualquer audiência dos trabalhadores, à concessão de

tuindo um exemplo magnífico para as massas populares demonstrando-lhe claramente que os patrões não são necessários e que os que produzem podem tomar conta dos seus destinos.

E se é certo que tem havido deficiências, traições, erros,

colocação de trabalhadores nas explorações agrícolas incultas ou subaproveitadas, tudo tem sido feito com o maior descaramento. As restituições de terras a agrários, com a intervenção criminosa da GNR com agressões violentas aos trabalhadores, as suspensões e afastamentos de técnicos progressistas do MAP e o corte do crédito agrícola às cooperativas e Unidades Colectivas são alguns dos aspectos mais escandalosos da conduta dos Governos posteriores ao 25 de Novembro.

Enquanto os trabalhadores são caluniados e agredidos pela GNR e forçados ao desemprego com a concessão das reservas, os agrários são tratados nas palminhas das mãos. Em Março de 1977 os latifundiários abrangidos pela Reforma

momento pela política de conciliação e desmobilização praticada ao longo deste período pela principal força política nas zonas de Reforma Agrária (o PCP), os trabalhadores têm consciência dos erros cometidos e sabem que só eles, que fizeram a Reforma Agrária, só eles os podem resolver.

Agrária foram beneficiados com uma moratória para o pagamento das suas dividas. Esta moratória foi atribuída genericamente mesmo que os agrários tenham bens e rendimentos que possam responder pelos seus débitos. A os trabalhadores, todavia, tem vindo a ser exigido o maior rigor no pagamento do CAC.

Apesar de toda esta ofensiva contra a Reforma Agrária dos trabalhadores, estes têm com força e determinação resistido organizados. É precisamente por isso que apenas algumas reservas conseguiram ser demarcadas. Por isso, o Governo encetou novo caminho com um plano de destruição da Reforma Agrária dos Trabalhadores, para realizar o «Reforma Agrária» dos capitalistas.

É assim que aparece o projecto BARRETO para a Reforma Agrária.



Barreto ao DN: «Entre a extrema direita e a extrema esquerda, eu sou o fiel da balança (...).»

Lutar pela formação de Uniões Cooperativas, único processo seguro para ligar entre si as Cooperativas e UCP's e unir os trabalhadores e os pequenos agricultores.

Lutar por unir os trabalhadores rurais do Sul aos pequenos agricultores do Centro e do Norte do País, lançando e multiplicando visitas, trocas de experiências e criando formas de organização de carácter regional ou nacional que sirvam de ponto de ligação de ambos.

Lutar pela ligação dos trabalhadores do campo aos trabalhadores da cidade, criando e reforçando processos de colocação directa dos produtos agrícolas na cidade e multiplicando trocas de experiência e formas de solidariedade.

De todas estas tarefas importa destacar a formação de Uniões Cooperativas. Elas surgem como instrumento privilegiado de reforço da organização dos trabalhadores rurais e como única forma de ligar sólida e eficazmente os pequenos agricultores à Reforma Agrária.

As Uniões têm como associados as Cooperativas e UCP's, por um lado, e os pequenos agricultores da região por outro lado, o que permite ligar estas aos trabalhadores rurais sem o levar a perder a sua qualidade de pequenos agricultores, o que sucede raramente se eles fossem forçados a entrar para as Cooperativas e UCP's.

As Uniões representam o caminho eficaz para possibilitar uma mais racional exploração da terra sem perda de autonomia das Cooperativas e UCP's. Oficina comum, troca de utilização de máquinas e de trabalho, moagem e lagar comuns, compra e venda conjunta — eis alguns importantes benefícios que as Uniões trazem aos trabalhadores e aos pequenos agricultores.

As Uniões constituem a forma de organização correcta para combater o isolacionismo, o egoísmo e a submissão das Cooperativas e UCP's à mentalidade do lucro, à lógica capitalista.

As Uniões surgem como via segura para criar direcção democrática e revolucionária para a luta de resistência na defesa da Reforma Agrária dos trabalhadores.

# INTERVENZIONADAS Não deixar isolar as lutas !

O ataque às empresas intervenzionadas e a sua consequente desintervenção é um dos terrenos onde claramente se evidencia a política de subversão do Governo PS ao imperialismo e a sua disposição «a novas e mais profundas cedências aos interesses do grande capital e à política e objectivos da direita civil e milita», como afirmava o Editorial do último «Poder Popular».

É um terreno onde aparece bem claro qual o significado concreto que a política de recuperação capitalista tem para os trabalhadores e qual o preço que estes estão a pagar ou que lhes queim fazer pagar por tal política.

Vejam alguns casos significativos, entre muitos outros:

## LUI PEDRO MENDONÇA

Trata-se de uma empresa de fabricação de material telefónico, única no seu género em Portugal, e em que os CTT/TLP absorvem 80 por cento da sua produção. Devidoa ao antigo patrão em Março deste ano (no primeiro dia que apareceu na imprensa agridu uma operária membro da CT), este ameaça despedir 70 por cento dos trabalhadores. Entretanto, está em marcha, pelas entidades oficiais, a asfixia económica da empresa; a administração dos CTT/TLP recusa-se a pagar uma dívida de 2200 contos aos trabalhadores da LP Mendonça enquanto se preparava para pagar 800 contos dessa dívida ao antigo patrão, o que só não se concretizou devido à solidariedade operária que se estabeleceu entre as duas empresas. Como consequência, os «stocks» de matérias-primas encontram-se quase completamente esgotados e os ordenados estão em atraso. Os trabalhadores propõem a integração desta empresa nos CTT/TLP.

## GUÉRIN

A administração do sr. Machado, presa de uma febril ac-

tividade, não tem poupado esforços para pôr a empresa a funcionar à sua maneira: limitações à actuação da CT, liquidação do controlo operário, escolha de lacaios do patrão para os postos de chefia, reintegração de saneados com vencimentos elevados, reposição do sistema de «surdas», despedimentos, suspensão e inquérito a trabalhadores entre os quais alguns dos mais combativos que fazem ou faziam parte da CT ou que são ou foram delegados sindicais. Igualmente, não o pagamento dos descontos para a Previdência, Imposto Profissional e Fundo de Desemprego assim como dos retroactivos e gratificação do Natal.

## MAIOMBE

Empresa intervenzionada no seguimento da situação cótica a que as fraudes, mais do que provadas, do sr. Galvão de Melo a conduziram (fuga de capitais, falsificação da escrita, etc.). Hoje, este senhor é de novo o patrão da empresa; trabalhadores sequestrados, outros afastados dos seus postos de trabalho e substituídos pelos «gorilas» do sr. G.Melo, alguns dos quais «julgados» re-

## J.PIMENTA

Se ainda não está desintervencionada não é porque a comissão administrativa, o ministro Eduardo Pereira em particular e o PS em geral, não se tenham esforçado por isso: suspensão dos 28 elementos da CT, ocupação policial permanente da sede a fim de impedir a entrada dos suspensos na empresa, proibição da realização do plenário geral nas instalações da mesma, reuniões na sede do PS do L.Rato entre a CA e indivíduos comprometidos com o J.Pimenta, ligações muito estreitas entre este e o ministro Eduardo Pereira, etc.

Perante esta situação, que propõem os reformistas?

...Reconhecendo o carácter antioperário da política do Governo e que a sua política é de recuperação capitalista, reconhecendo a «violência da ofensiva a que estão sujeitos os trabalhadores das intervenzionadas» estão mesmo assim convictos que «através do diálogo com o Governo» é possível encontrar... soluções capazes de defender os trabalhadores e a economia nacional.

Conciliar com a social-democracia a fim de garantir uma certa estabilidade para a economia dentro dos limites

do capitalismo, através do reforço do sector capitalista de Estado (que o poder de «abstracção» do dr. Cunha levou a considerar como não-capitalista no VIII Congresso do PCP); eis o que se propõem os reformistas. Para isso isolam da luta dos trabalhadores portugueses a luta das intervenzionadas e dentro destas a luta de cada empresa. Veja-se o caso dos trabalhadores da Guérin, que após terem iniciado os zozinhos uma dura luta contra o regresso do Machado, acabaram por ceder e ficaram desarmados perante o patrão e o Governo, estando a pagar hoje as consequências de tal política.

O MES sempre afirmou claramente que essa via só podia levar à derrota e à desmobilização. A resolução tática da 8.ª Reunião Plenária do nosso CC apontou aos trabalhadores o caminho da resistência popular activa com única saída para combater vitoriosamente a política de recuperação capitalista do dr. Soares. E a resistência popular activa, no caso das empresas intervenzionadas, significa: 1 — não deixar isolar a luta de cada empresa, tratando um plano de luta global que partindo de situação específica da intervenção em cada empresa as unifique e as ligue à luta mais geral dos trabalhadores portugueses e que lhes permita guardar a iniciativa face ao Governo; 2 — exigir o afastamento definitivo dos patrões comprovadamente saboteadores e a respectiva passagem para empresa de capital público.

Eis os objectivos por que se têm batido e continuamos a bater os militantes do nosso partido nos seus locais de trabalho.

# Entroncamento luta pela habitação

Os moradores do bairro camarário do Entroncamento não têm algum tempo surpreendidos por um inquérito, sem qualquer referência à sua proclamação, sobre o modo como as suas casas estavam a ser aproveitadas e, fundamentalmente, qual o rendimento do respectivo agregado familiar.

Este inquérito era acompanhado de uma carta da Câmara, assinada pelo seu presidente, ameaçando as pessoas que não respondessem ou fizessem falsas declarações de caírem sob a alçada da lei. Explicava ainda a referida carta que havia casas mal aproveitadas, que antes estavam na posse de pessoas com muitos rendimentos, e que dada a actual falta de habitações, isto não se poderia verificar «revelando assim o presidente da Câmara «uma grande preocupação» por «resolver» o problema da habitação no Entroncamento, onde as casas se alugam hoje por 4 e 5 contos.

Mas as suas «preocupações» vão mais longe: dado que existem uns que ganham muito e outros que ganham pouco haveria que ajustar as rendas aos rendimentos e, se for necessário, até poderiam alguns moradores deixar de pagar a renda.

De notar que o bairro foi construído em 1951 e está hoje bastante degradado, não tendo a Câmara feito quaisquer obras nas ruas ou casas. As rendas são hoje da ordem dos 18000 e a população é na sua maior parte constituída por viúvas, reformados e ferroviários à beira da reforma.

Perante o descrito, que fez a população do bairro? Aceitamos as boas intenções e preocupações» do sr. Cardoso? Não! Reuniu em plenário e elegeu uma Comissão de Morado-

res para defesa dos seus interesses.

A CM eleita, empenhada na resolução deste problema, falou já com a Câmara para esclarecer o assunto e está decidida a avançar na luta pelo não aumento das rendas (pois é disso, como se compreendeu, que se trata) e está a estudar ainda a hipótese das casas serem a ser dadas aos moradores, tal como aconteceu com o bairro vizinho, e já que a Câmara afirma que o bairro só dá prejuízo.

Para se compreenderem as «boas intenções» da Câmara basta referir que foi posta a hipótese de se juntarem três viúvas numa casa, deixando assim duas vagas, tendo então alguém sugerido que o Presidente possuísse lá também a mãe a viver com mais duas ou três viúvas deixando um dos seus andares, dada a carência da habitação por ele tão «sentida».

Aquela hipótese, no entanto, foi já rebatida em Assembleia Municipal, que convocou agora a Comissão de Moradores para debater o problema. A Comissão está decidida a dar tudo por tudo, pensando inclusive falar com o governador civil, mas tem também a firme convicção que só a unidade dos moradores do bairro e a solidariedade da população do Entroncamento poderão levar à vitória a luta agora desencadeada.

Este caso, mais um, mostra-nos ainda aquilo de que só os capazes são capazes de fazer, se dizem socialistas, revelando ao mesmo tempo que só o caminho da Unidade, Organização e Luta poderá conduzir os trabalhadores para a resolução dos seus problemas.

# NOVECO - OVAR "Está aqui um bloco muito ruim deles destruírem !

Por todo o país, surgem lutas de trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho ou em defesa das suas conquistas tão duramente alcançadas. No A lenção, como em Lisboa, em Barcoço, como em Viana ou na Madeira, os operários, os camponeses e os trabalhadores erguem-se contra a recuperação capitalista em marcha.

A NOVECO, empresa de construção civil de Ovar, chegaram também os ventos de luta. Propriedade de uma rica família de Ovar — os Borges, ex-donos da RABOR — esta empresa de 117 trabalhadores recusa-se a aplicar a tabela salarial da portaria do CCT da Construção Civil. Traídos pelo Sindicato e sem apoio de alguns camaradas de trabalho, os trabalhadores da obra do Poço de Baixo estão em luta. É deles que falamos hoje, pois é destas pequenas lutas dos explorados de todo o país que se vai construindo a RESISTÊNCIA POPULAR ACTIVA contra a recuperação capitalista e a ingerência do imperialismo no nosso país.

1º Trabalhador — Está aqui um bloco muito ruim de eles destruírem! É que não conseguem nada com as manobras deles! Eles agora até manobram a coisa de uma outra maneira! No início, o patrão foi para as outras obras e disse que tinha uma carta da Associação deles, por causa dos aumentos... E eu quando falei com ele, disse-lhe: «Olhe, a vossa Associação é, com licença, uma merda! Vocês são uma minoria à nossa beira! Então vale mais uma carta da vossa Associação do que uma portaria que sai em defesa dos trabalhadores? Não pode ser! Dizia ele que o contrato estava em negociação. «Mas não vim reivindicar o clausulado, pois esse é que está em negociação. Agora, as tabelas já foram aprovadas. Sairam cá para fora; portanto têm que ser pa-

gasi».  
PP — Agora, qual é a situação?  
1º T. — Como vocês sabem, há uma portaria de tabelas salariais que eles não cumprem. Por isso, estamos na greve de zelo. Eles vieram com mais algum, (que não é o que a portaria marca), como diz o comunicado que distribuímos, mas não é esse algum que nos cala!  
PP — Vocês estão unidos na luta pela aplicação da portaria?  
1º T. — Estamos, pois é enquanto não for cumprida, a gente continua!  
PP — Vocês agora propõem um diálogo com a Administração, não é?  
2º T. — Não; nós não propusemos o diálogo! Nós mandamos uma carta para a empresa a dizer que não seria a esmola que nos deram que nos

ia fazer calar e que manteríamos a mesma posição tomada no dia 6 de Maio, até que fosse cumprida a portaria! Na mesma carta, é que dizemos que estamos prontos a um diálogo, como a entidade patronal o queria fazer, mas no local de trabalho. Mas é se eles quiserem, porque nós não o exigimos!  
PP — Vocês não vêm uma forma de desencadear o apoio nas outras obras, tendo em conta que eles vos podem despedir, baseados nas leis anti-operárias, se estiverdes isolados?  
2º T. — O primeiro passo foi lançarmos o comunicado.  
3º T. — E nós aqui não somos assim tão pouco! E além disso, há pessoal nas outras obras que nos apoia.  
PP — Há Comissão de Trabalhadores na empresa?  
2º T. — Tivemos. Foi suspensa por falta de apoio dos trabalhadores.  
1º T. — O patrão arranjou maneira de os dividir!  
PP — Esse mau funcionamento da CT também foi devido a divisões entre os seus membros ou devido a certos trabalhadores se descreditarem dela?  
2º T. — Quanto a mim, uma das razões foi o facto de terem sido eleitos encarregados para a CT. Meteram-se lá três encarregados que traíram os trabalhadores.  
3º T. — Bem, sabe, as eleições para a CT foram feitas por voto secreto. Ora, como es-

te camarada já disse, os encarregados acabaram por ser eleitos por alguns trabalhadores; ficaram na CT e, quando ela estava a trabalhar mais ou menos, começaram a trair.  
4º T. — Além disso, muitos levaram o processo a brincar, por falta de esclarecimento.  
PP — O Sindicato tem divulgado a vossa luta?  
4º T. — Não! O Sindicato diz que é partidário, mas é manobrado por um partido que deve ser o partido do Governo! Ora, se o Governo está a publicar leis contra os interesses dos trabalhadores, não lhes convém que nós lutemos, nem o Governo nem a alguns elementos do Sindicato! Eis tudo prometem que ia sair tudo nos jornais, mas nada...  
PP — Vocês quantos delegados sindicais têm?  
4º T. — Delegados, não há nenhum! E agora, se tentassem eleger um, mata-vam-nos aqui dentro!  
PP — Pelo que aqui esta camarada disse, o sindicato não vos apoia e a vossa luta pode morrer por isolamento. Vocês acham que conseguirão mesmo assim, mobilizar outros trabalhadores e obrigar o Sindicato a tomar posição?  
2º T. — Bem, mas é que nós também temos um problema de retroactivos — dez dias de subsídio de férias do ano passado. E isto já está em tribunal.  
PP — E agora para vos adoeçarem a boca é que deram o tal aumento...  
1º T. — E para nós dividir, porque deram um aumento desigual! A um 200, a outro 300, a outro 500...  
4º T. — Houve até alguns colegas nossos que por causa disso, já começaram a dizer que se alguém não estivesse bem, saísse da empresa!  
1º T. — Bem, mas os patrões é que têm de resolver o problema! A gente não vai

embral!  
PP — Bem, este camarada diz que eles têm que resolver o problema, mas parece-me que não podem ficar à espera, se não com todas estas manobras que eles tentam fazer, acrescentando ao vosso isolamento, eles podem conseguir despedir alguns com base na falta de produção. Portanto, há que impôr uma discussão com eles, mas tentando adoptar formas de contacto com outros trabalhadores para tentarem alargar o vosso apoio.  
2º T. — Olhe, ontem iam tendo problema numa obra quando fomos distribuir o comunicado. Um encarregado não nos queria deixar entrar na obra. Mas sabe, esse indivíduo pediu umas massas largas à empresa e nunca mais pagou. Portanto, tem de estar ao lado dos patrões...  
1º T. — Isto há-de dar o que tivera dar! Isto ainda está em prancha; ou dá tábuas ou dá casquinhas; se não der casquinha, dá lenha!  
3º T. — E além disso, a Construção Civil é um ramo onde há muitos analfabetos! Não compreendem o que alguns querem fazer para bem de todos.  
PP — Quando começaram a greve de zelo?  
2º T. — No dia 6 de Maio paralisamos e começámos a greve de zelo.  
2º T. — Quando começaram a greve de zelo foi precisamente com essa finalidade dos prazos de entrega; se todos os trabalhadores estivessem unidos, os patrões depressa tinham que vir ao nosso encontro. Mas alguns colegas nossos traíram-nos. Até foi um elemento da gerência «chora» para a beira deles dizendo que davam mais dinheiro, prometendo-lhes e chegando ao fim do mês, deu-lhes tanto a eles como a nós.  
PP — Mas vocês receberam

o ordenado no fim do mês?  
1º T. — Recebemos.  
2º T. — Bem, eu fui um dos que disse na altura que, ou recebíamos o ordenado antigo ou recebíamos o aumento estipulado no contrato. Mas, aqui dividimo-nos e acabámos por receber as migalhas que nos deram. Mas continuo a pensar que não devíamos ter recebido!  
1º T. — Isso pode ser uma manobra dos patrões, sabendo aquilo a que os trabalhadores têm direito; mas os mais recuados começam a dizer que é melhor receber algum do que nada e acaba por vir a desmobilização...  
2º T. — É isso que já se vai passando... Mas os mais prejudicados são aqueles como este, que nem sequer ganhavam o ordenado mínimo e até já foram à inspecção. Quanto a mim, bastava que estivessem unidos e tivessem o apoio da maioria dos nossos colegas.  
PP — Está certo, mas é preciso ver que isso nem sempre acontece e que a CT e os delegados sindicais contribuem para essa unidade.  
4º T. — Bem, mas mesmo se não tivermos o apoio do Sindicato ou dos nossos colegas, a nossa luta continua! Continuamos até acabar! Temos que lutar pelos nossos direitos! Tanto mais que os patrões não dizem que há falta de dinheiro! Não pagam, só porque veio a tal carta da Associação deles!  
1º T. — Está a ver mais uma difamação contra os trabalhadores? Eles dizem que aumentam os preços por causa dos trabalhadores e mas os preços das obras aumentam e nós continuamos na mesma...!  
E por isto que nós — MES — gritamos bem alto: CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA, UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA!

# Revisionismo "dialogante" boicota CCTUV têxtil

A luta dos trabalhadores têxteis pelo seu CCTUV tem mostrado de uma forma clara a distinção entre as posições dos revolucionários e dos reformistas.

Enquanto que os revolucionários, ao longo de todo o processo, sempre têm tomado posições firmes de luta contra o patronato e o Governo que os favorece, os reformistas têm tido como objectivo principal pôr a luta dos trabalhadores têxteis a reboque do PCP e da sua política conciliatória, rumo ao Pacto Social.

Aquilo que recentemente se passou a propósito da anunciada e posteriormente desmarcada paralisação geral do dia 13 é disto bem ilustrativo.

No passado dia 1, em Reunião Geral de Sindicatos Têxteis foi aprovada uma proposta de paralisação geral de 24 horas no dia 13 de Julho. Desta proposta, ratificada em Reunião Geral de Delegados em 6 de Julho constava nomeadamente:

"Exigir do Governo até ao dia 9/7/77 uma resposta concreta e positiva, aos sete pontos apresentados pela CNS e, fundamentalmente, quanto à manutenção dos direitos adquiridos e à não aplicação do decreto dos 15 por cento (49-A/77) que consideramos um decreto de miséria para os trabalhadores.

Se essa resposta não for dada até ao dia 9/7/77 e se não for positiva para os trabalhadores do Sector, a CNS e os Sindicatos do Sector propõem uma grande jornada de luta no próximo dia 13/7/77 com paralisação total de 24 horas (1, 2 e 3 turnos) para que os direitos adquiridos por todos os trabalhadores dos diversos sub-sectores, nas grandes lutas travadas pelos trabalhadores, não sejam retiradas pelo Governo.

Esta proposta foi discutida e apoiada massivamente pelos trabalhadores têxteis, em plenários de fábrica e reuniões de zona que desta forma decidiram responder com firmeza às provocações patronais e à

política antioperária do Governo. Também neste aspecto particular ficou bem marcada a diferença entre aqueles que avançaram decididamente na concretização da proposta aprovada, desenvolvendo um intenso esforço de mobilização e organização da paralisação e aqueles que desde o princípio se mostraram dispostos a boicotá-la a todo o custo, tomando posições ostensivamente passivas que provocassem a desmobilização e a desorientação dos trabalhadores.

Entretanto, em Reunião de Sindicatos realizada no passado dia 11, foi aprovada por maioria uma proposta que adia "para data a marcar" a paralisação, referindo, entre outras coisas: "Depois da CNS e Sindicatos terem entregue um documento exigindo uma resposta sobre os direitos adquiridos e à não aplicação do decreto dos 15 por cento no Sector Têxtil, a qual, se não fosse positiva até ao dia 9/7, haveria uma paralisação no dia 13, o Ministério do Trabalho, até hoje, não respondeu demonstrando assim o mais baixo desprezo pelas justas reivindicações dos trabalhadores têxteis, e pela resolução dos problemas que os afectam.

Tendo em conta toda esta situação e esperando que o Ministério do Trabalho defina claramente a sua posição e dando mais uma vez abertura ao diálogo sobre as questões fundamentais do nosso CCTUV, os Sindicatos, depois de terem ouvido os trabalhadores, decidem:

1. Adiar para data a marcar a jornada de luta de paralisação proposta para o dia 13.

Quer isto dizer que a maioria dos dirigentes sindicais presentes nesta reunião (e que votaram a proposta segundo o estranho método de cada presente, um voto, o que privilegiando a posição do dirigente ignora a posição dos trabalhadores que este representa e que, ao contrário do que consta da proposta, não foram ouvidos desta vez) consideram, que face ao



"mais baixo desprezo pelas justas reivindicações dos trabalhadores têxteis" se responde de forma correcta "dando mais uma vez abertura ao diálogo" com quem os despreza.

Consideram estes dirigentes sindicais, que tiveram a oposição dos elementos das Direcções dos Sindicatos dos Têxteis do Sul, Lanifícios da Covilhã e outros (que já no Encontro de Coimbra tinham tomado posições firmes de luta) que é manobrando as lutas até à traição, desprezando decisões participadas democraticamente por muitos milhares de trabalhadores e atrelando os seus interesses a reboque do reformismo e da conciliação, consideram, diziamos, que é desta forma que se defendem os interesses dos trabalhadores face a um patronato cada vez mais arrogante e a um Governo cada vez mais vendido ao imperialismo.

Aos revolucionários cabe aqui o urgente papel de denunciar as manobras dos revisionistas que desde o princípio tentaram manobrar a luta dos têxteis que, saindo-lhes do controlo, os incomoda particularmente pelo que ela pode significar de alternativa à política de conciliação do PCP que, desmobilizando lutas que não controla, tenta agora canalizar todos os seus esforços no sentido único da defesa de uma

Reforma Agrária para cujos ataques dos pretextos com erros e controreísmos de toda a ordem.

Cabe aos revolucionários afirmar claramente que à ofensiva generalizada do capital não se responde com a resistência num só sector à custa de cedências em todos os outros. A defesa da Reforma Agrária passa também pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores têxteis. Não é dando força aos patrões dos têxteis e ao sr. Goncalves que se ganha fôlego para atacar os agrários e o sr. Barreto. Esta política de avestruz do PCP, que tantas derrotas tem causado, tem de ser vigorosamente denunciada e combatida pelos revolucionários.

Cabe, enfim, aos trabalhadores têxteis revolucionários conduzir a luta pelo seu CCTUV sem perder de vista que essa luta se insere numa outra mais geral e que é a de todos os explorados que neste momento em Portugal são vítimas da ofensiva da burguesia servida por um Governo vendido ao imperialismo e que passa pela recusa do Pacto Social e da conciliação com que o reformismo pretende atar as mãos aos trabalhadores e pelo erguer de uma poderosa Resistência Popular Activa contra o autoritarismo burguês, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.

## Plenário da U.S.L.:

No passado sábado, dia 9, realizou-se na «Voz do Operário» o plenário da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), com a presença de mais de 40 organizações sindicais, algumas das quais não filiadas na CGTP-IL.

O ponto central da Ordem de Trabalhos era a reestruturação sindical.

Tal como o «Poder Popular» oportunamente divulgou (ver «PP» n.º 59) existiam duas propostas estruturadas de projecto de estatutos: a do Secretariado da USL e a do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

A superioridade numérica dos reformistas levou à aprovação do seu projecto que não respeita em aspectos centrais a democracia sindical nem afirma a USL como órgão coordenador e dinamizador das lutas, antes lhe dando uma vocação de órgão burocrático. O facto mais significativo foi, porém, a constatação de uma afirmação que temos vindo a fazer e pela qual temos vindo a lutar: a de que a corrente sindical revolucionária, lentamente, entre avanços e recuos, alarga e consolida a sua influência. Foi assim que em torno da proposta dos Têxteis se agruparam intervirindo ou votando dez sindicatos, representando mais de cem mil trabalhadores.

Uma outra importante batalha se aproxima agora: a da eleição do secretariado da USL. Os revolucionários bater-se-ão para que ao nível deste órgão de direcção se reflitam os passos dados nos locais de trabalho e nos sindicatos.

## Função Pública em Assembleia Geral

A primeira Assembleia Geral do Sindicato da Função Pública da Zona Sul em mais de 50 anos realizou-se a 8/7/77 no Pavilhão dos Desportos.

Efectuou-se numa altura em que o Governo procura converter o aparelho de Estado num apoio firme ao sector privado e num «gerente» com capacidade para garantir aos capitalistas estrangeiros a rentabilidade dos seus empréstimos, empregando para tal o aumento de horário, uma Lei de Bases que abre as portas aos despedimentos maciços, a introdução da concorrência entre os trabalhadores para promoções, a reposição da hierarquia através da institucionalização das informações de serviço. Ao mesmo tempo mantém os baixos salários da FP, mas gasta milhares com manobras militares, viagens ao estrangeiro, etc.

Face à política repressiva do Governo os trabalhadores da FP não demonstraram um grau de mobilização muito elevado. Quer o número de presenças na AGS — cerca de 3000/3500 — quer a saída de várias centenas de colegas logo a seguir à votação da proposta sobre a questão salarial demonstraram que não são só as férias mas também algo mais fundo que se radica no passado recente das lutas do TFP contra o seu patrão que faz os trabalhadores afastarem-se das AGTs, do sindicato, da luta, ficando à mercê de todas as formas de repressão e arbitrariedades.

Mas vejamos face às questões imediatas do Movimento Sindical da FP quais as causas desta situação:

### QUESTAO SALARIAL

Duas posições basicamente surgiram: a da Direcção Sindical que propunha à Assembleia a elaboração de uma tabela para Outubro, a entrar em vigor em Janeiro de 1978, e a de algumas dezenas de delegados sindicais que propunham desde já uma tabela salarial a exigir ao Governo e com efeito a partir de 1 de Julho. Outras propostas que surgiram não tiveram o mínimo apoio na Ass. (por exemplo 3.500\$00 para todos). Nesta questão a Direcção Sindical mais uma vez propôs à classe algo vago esquecendo completamente que concordou em desmobilizar a greve, convocada por ela mesma em 15 de Fevereiro, só com a promessa do Governo de reajustamento salarial em Julho. Como o pa-

trão/Governo entretanto não lhe convém aumentar os salários, a DS submetete-se e remete para 1978 esse provável aumento. Apoiando esta apresentação desde já de uma tabela salarial pois só com objectivos de luta concretos se mobilizam os trabalhadores. Só quem não quer saber da sua força e dos seus interesses aceita negociar sem processos de mobilização, remetendo-se a gabinetes onde todas as manobras são possíveis.

### LEI DE BASES/CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Aqui a posição da Direcção Sindical é mais grave. A proposta que apresentou defende o direito à negociação colectiva esquecendo o contrato colectivo.

E que significa isso de negociação colectiva? Significa que cada vez que o Governo fizer uma nova lei repressiva lá vão os TFP mobilizar-se para lutar contra ela; passadas umas semanas o Governo volta com outra e lá vão os TFP de novo lutar. Isto é, não há uma definição de qual a lei que rege as nossas relações de trabalho, não há nenhum contrato colectivo. A proposta que aponta para o CCT apresentando uma metodologia para a sua elaboração está a cumprir um dos pontos do Caderno Reivindicativo aprovado no Congresso dos Sindicatos e aponta mais uma vez para propostas concretas a exigir ao Governo.

Se no repúdio ao aumento de horário de trabalho e na recusa ao corte de liberdades sindicais, a Direcção e os delegados sindicais têm posições próximas, isso não apaga o que têm de desmobilizador as propostas da primeira já citadas, que fazem caminhar os TFP a largos passos para o desinteresse, para o abandono do sindicato, para a desmobilização que acabará por pôr o sindicato nas mãos do PS ou pior — ainda nas mãos do PS/PPD.

Ps sindicalistas revolucionários deviam continuar a lutar para os trabalhadores não votarem mecanicamente propostas contra os seus interesses só porque vêm da Direcção, e, tal como o 1/4 da AGS que votou pela apresentação imediata da tabela salarial, apoiar e procurar alternativas que, na unidade do Movimento Sindical, levem à organização para a luta em todos os locais de trabalho contra o patrão/Governo tão ou mais explorador que qualquer outro particular.

## PORTARIA - VIGILANCIA - LIMPEZA

O Sindicato dos trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares representa trabalhadores dos mais mal pagos e com menos regalias sociais. São no geral trabalhadores dispersos e sem tradições organizativas. O Sindicato foi criado já depois do 25 de Abril, e no ramo de limpeza, p.ex., estão neste momento em curso as negociações para o primeiro contrato colectivo de trabalho do sector.

Conscientes da situação de sobreexploração em que se encontram, os trabalhadores enquadrados no seu Sindicato, lutam por melhores condições de vida. Neste momento encontram-se em luta dois sectores:

Por um lado os trabalhadores porteiros dos prédios urbanos lutam pela revisão da Portaria de Regulamentação de Trabalho.

Por outro lado estão em curso negociações para o primeiro Contrato Colectivo de Trabalho do ramo de limpeza.

### PORTEIROS EM MANIFESTAÇÃO NO PASSADO DIA 30

Com o fim de exigir o começo das reuniões da Comissão Técnica para revisão da Portaria de Regulamentação do Trabalho há sete meses nomeada e que nunca tinha reunido, convocou o Sindicato, para o passado dia 30, uma manifestação que se dirigiu ao Ministério do Trabalho.

Este Ministério emitiu, na véspera, uma nota oficiosa aludindo às «intencões políticas» daquela manifestação que considera injustificada visto que os trabalhos da dita Comissão Técnica iam começar em breve. Isto é: ao fim de sete meses de inactividade e após constatar a disposição de luta dos trabalhadores, a Comissão resolve (finalmente) iniciar os

trabalhos e ainda são os trabalhadores que são acusados de intencões políticas!

A Direcção do Sindicato decidiu manter a manifestação porque só no dia 29 à tarde é que foi informada do começo das reuniões para dia 4, e para demonstrar a vontade dos trabalhadores de lutarem pela publicação de uma PRT justa (comunicado de 4.7)

No mesmo comunicado se enumeram as principais reivindicações da classe, que são: um mês de férias, com respectivo subsídio; subsídio de Natal por inteiro; vencimento mínimo de 5.000\$00 para os horários de 45 horas/semana; vencimento-hora de 30\$00 para os trabalhadores a tempo parcial; vencimentos superiores por escalões de acordo com o número de ocupações do imóvel; a inclusão dos guardas e trabalhadores de limpeza dos prédios

urbanos no regime da PRT; que o desconto para o pagamento da habitação do trabalhador-porteiro seja de 10 por cento da remuneração deste por cada divião e uma melhor redacção de todo o articulado de forma a não criar dúvidas de interpretação.

### LIMPEZA: FIRME DISPOSIÇÃO DE LUTA

No sector de limpeza possuem as negociações do 1.º Contrato Colectivo de Trabalho, de acordo com um conjunto de princípios que demonstram uma firme disposição de luta. São eles:

1.º Que seja repudiado completamente o aumento de miséria de 15 por cento proposto pelos patrões (assim como o Decreto do Governo em que se apoiam — Dec.Lei49/A).

2.º Que se reafirme a total disposição de lutar por um salário justo e digno que supere o aumento do custo de vida.

3.º Que igualmente se lute por um horário máximo de 42 horas e pela manutenção da folga ao Domingo.

4.º Que se acorde imediatamente a data da entrada em vigor da tabela salarial (retractivos).

5.º Que se rejeite totalmente os contratos a prazo.

6.º Que se dê um voto de confiança à CNS para negociar

estes pontos e orientar com os grupos de apoio ao contrato as seguintes formas de luta se

### PLENÁRIOS EM LISBOA E PORTO

Neste momento já foi acordado parte do Contrato. No entanto falta acordar sobre alguns dos pontos mais importantes das reivindicações dos trabalhadores; são eles:

— o montante dos aumentos visto que os trabalhadores consideram inaceitável o «Decreto anti-operário dos 15 por cento de miséria».

— a fixação do horário total de 42 horas semanais; — a proibição dos contratos a prazo o que não dá nenhuma segurança ao trabalhador e criam um espírito de desespero;

— a fixação de um contrato único vertical que abrange todos os trabalhadores das empresas de limpeza (quer sejam empregados de escritório, quer sejam lavadores de vidros).

Para dar conta do que até agora já foi acordado e para ouvir a classe quanto ao que falta ainda negociar, a Comissão Negociadora Sindical promove Reuniões Gerais de Trabalhadores no próximo fim de semana no Porto (sábado) e em Lisboa (domingo).

Só com a activa participação de todos será possível conseguir melhores condições de trabalho

# METALÚRGICOS

## Portaria serve pacto social !

A forma como se têm vindo a desenrolar as negociações do CCT Vertical para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, e que já se arrasta há mais de vinte meses, trás grandes ensinamentos a todos os metalúrgicos e trabalhadores em geral.

O que se tem passado é exemplo claro dos processos utilizados pelo Governo para impor o Pacto Social, dos boicotes e das limitações impostas à negociação dos contratos, na tentativa de fazer recair sobre os trabalhadores o maior peso dos custos da recuperação capitalista. Quanto aos lucros, esses ficam nos bolsos dos patrões.

Já se diz, e com razão, que qualquer dia não há matéria para negociar porque há leis imperativas que terão que se cumprir. É o caso dos feriados, aumentos salariais, despedimentos, etc. Mas mesmo nas matérias em que pode haver negociação, ou está limitada (caso do Decreto 49/A dos 15 por cento), ou o patronato boicota as negociações e depois aparece o Governo a mandar cá para fora uma portaria sem respeitar as principais reivindicações e os direitos adquiridos dos trabalhadores (como é o caso dos metalúrgicos).

Perante esta tática, que faz a Comissão Negociadora Sindical dos Metalúrgicos? Esta Comissão deixou arrastar as negociações, não informou devidamente a classe, não mobilizou os metalúrgicos como deveria ser. Algumas horas de greve mais pareceram brincadeira que luta a sério.

Entretanto, arranca-se a portaria e que diz a CNS? Que se tem que aceitar a portaria, mas que na Comissão Técnica se fará força para impor as reivindicações da classe.

Que se viu? Nada de mobilizações para a luta e saiu cá para fora uma portaria que é uma afronta.

Só depois então é que se mobilizaram os trabalhadores para a rua. E viu-se que se a CNS não tivesse medo da luta, as coisas ter-se-iam passado outra maneira.

Podemos dizer sem receio que a Comissão Negociadora traiu os trabalhadores. Nunca explicou que a portaria era meio caminho andado para im-

pôr o Pacto Social. Nunca mobilizou os trabalhadores contra a portaria ou, pelo menos, contra a aceitação sem condições da portaria. Quanto já pouco havia a fazer é que chamou os trabalhadores para a luta.

Os reformistas dizem que não há que mobilizar os trabalhadores contra o Pacto Social porque ainda não se sabe oficialmente o que ele é. Mas a verdade é que ele está em marcha: é o decreto dos 15 por cento, dos 18 meses de vigência para os CCT's, são as portarias, etc. Os reformistas falam assim porque não querem de facto combater o Pacto Social; querem sim, negociar.

Não é esta a posição dos

revolucionários. Os revolucionários alertam contra o perigo do Pacto Social, denunciam as manobras que tentam levá-lo à prática, apelam à mobilização e organizam os trabalhadores para a luta contra a sua aplicação. Não alimentam ilusões, mas pelo contrário, mostram as materialidades do inimigo e defendem que só com a unidade, organização e luta se pode derrotar o inimigo.

O Movimento Sindical só estará à altura de dar combate ao Pacto Social se for guiado por uma linha revolucionária e não por uma linha de conciliação, hesitante, reformista.

Só assim se poderá chegar à vitória e derrotar a imposição do Pacto Social.

# Liberdade para Rui Gomes !

O Movimento de Esquerda Socialista junta a sua voz à onda de protesto que se levanta no nosso país contra as condições em que vai ser julgado o corajoso antifascista Rui Gomes.

A justiça militar que se prepara para julgar Rui Gomes, ao cabo de uma longa série de arbitrariedades, tem demonstrado, ao libertar descaradamente «pides» e ao processar muitos dos melhores militares de Abril, que é um instrumento dominado pelas forças mais reacionárias, revelador do avanço do fascismo nas Forças Armadas.

Sendo assim, o tribunal que vai julgar Rui Gomes não ofe-

reos quaisquer garantias de isenção. Por isso este julgamento tem de ser denunciado perante todo o povo como a farsa de uma pretensa justiça posta ao serviço da burguesia mais reacionária; uma «justiça» que tem a ver com o aumento da repressão sobre os trabalhadores, que tem a ver com a cada vez maior sujeição do nosso país à NATO e ao imperialismo. Uma «justiça» com duas medidas: uma para os «pides» e para os bombardeiros; outra para os militares de Abril para os antifascistas consequentes, como Rui Gomes.

Esta pretensa justiça, que está em flagrante contradição

com a vitória do nosso povo sobre o fascismo e com a própria Constituição, tem de merecer o repúdio de todos os revolucionários, de todos os democratas, de todos os antifascistas.

A luta contra o renascimento do fascismo nas Forças Armadas e contra o novo autoritarismo burguês é a mesma luta que há-de erguer a resistência popular activa contra a recuperação capitalista, que quer fazer pagar a crise ao povo trabalhador do nosso país.

Lisboa, 11 de Junho de 1977

O Secretariado do Comité Central do MES

# ILHA DAS FLORES

## Imperialismo francês ao ataque

No princípio deste mês de Junho de 1977, foi estabelecido novo «acordo geral entre o Governo português e o Governo francês respeitante à utilização pela França de certas facilidades no arquipélago dos Açores».

Este acordo foi assinado pelo lado português pelo micalense e actual ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Constitucional do Partido Socialista Medeiros Ferreira, sendo válido até Junho de 1983, isto é, por seis anos.

Porque consideramos tal acordo uma clara ingerência do imperialismo francês no nosso País e numa região tão sensível politicamente como é o Arquipélago dos Açores vamos referir alguns dos principais artigos desse acordo demonstrativos dessa ingerência e da amplitude que ela pode tomar.

Assim e logo no Artigo 1º estabelece-se que «o Governo português porá à disposição do Governo francês, nas ilhas dos Açores, um determinado número de meios e de serviços destinados a facilitar a observação e medição das trajectórias de engenho balístico, a partir das costas francesas do Atlântico».

Mais à frente no Artigo 2º diz-se que «as aeronaves utilizadas pelo Governo francês para observação e medição dos tiros efectuados durante os ensaios poderão fazer escala e estacionar no Aeródromo de Santa Maria. Em caso de necessidade poderão fazer escala e estacionar noutros aeródromos das ilhas dos Açores em condições de as receber».

O Artigo 3º também é bem elucidativo quando afirma que «os navios utilizados pelo Governo francês, no âmbito dos ensaios, poderão rebastecer-se e atracar correntemente e sem prévio pedido pela via oficial nos portos da Horta (Faial) e de Ponta Delgada (S. Miguel)».

Podem efectuar todas as medidas e observações relacionadas com a sua missão

nas águas territoriais das ilhas dos Açores».

Mais claro ainda o Artigo 8º diz-nos que «o Governo português adoptará as medidas adequadas para facilitar a entrada em território português, com isenção de todos os direitos e taxas, a quaisquer objectos e materiais, incluindo os veículos automóveis fornecidos pelo Governo francês para apetrechamento das instalações de observação, de medição, de localização, e de transmissão bem como a quaisquer objectos e materiais utilizados para as necessidades do interesse geral do pessoal permanente ou em trânsito».

Por fim destacamos as mais importantes revelações que nos são dadas pelo Artigo 11º: «As formalidades de entrada nos Açores e as condições de circulação no território português serão limitadas ao mínimo indispensável no respeitante ao pessoal enviado pela França na altura dos ensaios, bem como seus familiares».

Artigo 12º (...): «O pessoal francês colocado nos Açores pelo Governo francês não é considerado como residente

nem como domiciliado nas ilhas dos Açores e não está por isso sujeito ao pagamento de taxas e impostos directos».

Revela ainda o referido acordo nos seus anexos, que o montante da renda a pagar pelo Governo francês a Portugal é de 144 mil contos para 12 anos, em frações anuais de 12 mil contos, o que equivale a mil contos por mês ou 33 contos por dia. Segundo o acordo os «temas abrangidos pelo auxílio francês ao desenvolvimento dos Açores são:

- Energia hidroeléctrica nas Flores.
- Melhoria nas condições sanitárias nas Flores e em Santa Maria.
- Facilidades portuárias nas Flores.
- Oceanologia.

Na base deste acordo o Governo francês pode devesar e utilizar o território português como e quando bem entender.

Que nos tem o Governo português para controlar os movimentos dos técnicos franceses, isto é, como conseguirá distinguir se tal ou tal operação está dentro ou fora do acordo? Com tantas facilidades e isenção concedidas aos franceses duvidamos da capacidade de controle das suas actividades por parte das autoridades portuguesas, as quais não têm conseguido sequer intervir e controlar os movimentos dos separatistas, apesar de há muito identificados...

Porque temos a certeza de que o povo das Flores não foi tido nem achado na negociação deste acordo pensa mos

que todas as autarquias locais, casas do povo e associações culturais de viam divulgá-lo em sessões públicas nas quais deveriam ser aprovadas moções de repúdio pela forma como ele se encontra redigido e exigindo os florentinos sejam ouvidos e possam fiscalizar os dinheiros da renda anual de 12 mil contos que o Governo francês tem de pagar pelo presente acordo.

Divulgamos seguidamente o Plano Geral de Investimentos do Governo Regional dos Açores para as Flores, para o quadriénio 77/80:

— Água 6200 contos; e electricidade 20 700 contos; transportes 150 000 contos; ensino 19 000 contos; viação rural 5500 contos; estradas nacionais 4100 contos; total 205 000 contos; 1979 — 59 200 contos e 1980 — 60 000 contos.

E pois de esperar que as autarquias locais, casas do povo, associações culturais e outras, da ilha das Flores mobilizem o povo no sentido de o esclarecer e dirigir para um problema que sendo de todos nós portugueses é principalmente seu: a luta contra o imperialismo, o separatismo e a liberdade dependência nacional. Só assim se cumprirá em pleno nas Flores a Constituição da República Portuguesa.

Em breve se seguirá o acordo com os americanos.

Portugueses das várias ilhas e portugueses do Continente, todos unidos não seremos demais na luta contra os imperialistas que nos fazem homens de segunda nas suas terras e nos querem subjugar também na nossa.

# BREVE

## O RUMO DE LOPES CARDOSO...

A Reforma Agrária agudiza as contradições no PS. Após uma prática de Governo que se tem caracterizado por dinheiro e sorrisos para os agrários e cacete e GNR para os trabalhadores, Barreto quer agora ir mais longe: o projecto que vai ser debatido pela Assembleia, com o aumento das pontuações e outras medidas que prevê, restabelecerá — se for avante! — o poder dos velhos exploradores do povo alentejano, ao mesmo tempo que tornará economicamente inviáveis muitas cooperativas e herdades colectivas.

O que o projecto Barreto visa é a destruição da Reforma Agrária. Trata-se aliás, ao que se crê, de uma indispensável prova de boa vontade exigida pelos amigos capitalistas de Soares — os americanos e os europeus, os dos empréstimos.

Lopes Cardoso não concorda com esta política. Lopes Cardoso, que foi ministro da Agricultura pelo PS antes de Barreto (por sinal num período em que a Reforma Agrária sofreu os primeiros ataques por parte do poder...) afirmou mesmo em recente comício que votará contra a lei Barreto. E referindo-se à sua posição no PS acrescentou: «aos empurrões não saio! Que me expulsem se quiserem!». O que aliás poderá muito bem acontecer tendo em conta a prática autoritária que tem caracterizado o Partido Socialista (que tanto se reclama de democrático — será para desviar as atenções?).

Esta posição de Lopes Cardoso de firme recusa do projecto Barreto mostra que o ex-ministro (e actual leader dos cada vez mais numerosos desiludidos do PS) compreendem aonde leva a política do Governo de Mário Soares.

Porém ela não significa, só por si, uma defesa coerente da Reforma Agrária, ou de um modo mais geral, do rumo que conduz ao socialismo. É que o Governo à política de Soares não está em conciliações mais à esquerda com a burguesia, não está no PC e as «maiorias» sejam «de esquerda» ou «constitucionais», nem está em novos PS «mais verdadeiros» ou mais à esquerda.

A única alternativa está na opção clara pelo campo dos revolucionários, na opção pela luta, na opção pelos trabalhadores, na opção contra a burguesia.

Escolha difícil, até porque não são de prever frutos imediatos, já que se apresenta longo e penoso o caminho que há que percorrer até que os revolucionários se unam e organizem, de modo a transformarem-se, da força minoritária que hoje são, em força dirigente da luta de massas, em alternativa ao reformismo e ao revisionismo.

Escolha difícil, mas o único caminho que não conduz a novos becos sem saída!

Lopes Cardoso afirmou recentemente que as suas divergências em relação à política do Governo não são de ritmo mas de rumo. O futuro próximo nos dirá qual o rumo de Lopes Cardoso.

# MES-MPLA

## Solidariedade internacionalista

Em resposta à nossa mensagem de solidariedade, enviada por ocasião da tentativa de golpe de Estado contra o MPLA, recebemos desta organização o seguinte telegrama

COMISSÃO POLITICA DO MES  
MOVIMENTO E ESQUERDA SOCIALISTA  
LISBOA

OH NOME BUREAU POLITICO DO COMITE CENTRAL MPLA VS

AGRADECEMOS PROFUNDAMENTE VOSSA MENSAGEM VS REAFIRMANDO NOSSA

DETERMINACAO EM CONDUZIR POVO ANGLANO NOVAS VITORIAS RUHO

SOCIALISMO E AO MESMO TEMPO APOIAR TODOS POVOS

QUE LUTAM CONTRA COLONIALISMO VS

RACISMO E IMPERIALISMO PELO PAZ E CONTRA EXPLORACAO DO

NOME DO HOMEM STOP SAUDACCOS REVOLUCIONARIS RP

LUCIO LARA

SECRETARIO DO BUREAU POLITICO COMITE CENTRAL MPLA

VIA PORTUGUESE

VIA PORTUGUESE